

O planejamento como prática do poder

Lucas Maia dos Santos*

Resumo

Este texto visa apresentar uma leitura crítica acerca da prática de planejamento. Não é um esboço histórico, mas tão-somente uma interpretação do planejamento e como este está inserido na lógica de reprodução da sociedade capitalista. Argumenta para tanto que a prática de planejamento é realizada pela instituição estatal. Esta é um produto genuíno das sociedades de classes. O próprio estado tem como base social uma classe específica: a burocracia. Esta defende, dentro dos quadros da sociedade capitalista, os interesses gerais da burguesia, por mais que possa dentro de dadas circunstâncias sociais específicas opor-se a frações da burguesia, mas nunca aos interesses gerais de classe da burguesia. Defendemos que o poder é uma relação de dominação. Como tal, o planejamento é desta maneira uma manifestação da dominação de classe através da regulação do estado. A instituição estatal é desta forma responsável tanto por regularizar a prática do planejamento, quanto em muitos casos executar os planos ela própria. Assim, defende-se neste texto a necessidade de se superar as relações sociais que engendram o planejamento viabilizado pelo estado. Suprime-se assim o próprio planejamento.

Palavras-chave: planejamento; poder; estado; burocracia; relações de dominação.

Abstract

This text aims to present a critical view about the practice of planning. There is a historical sketch, but it is a planning and interpretation of how this is embedded in the logic of reproduction of capitalist society. This study argues that the practice of planning is performed by the state. This is a product of genuine corporate classes. The state itself is based on a social class specific: the bureaucracy. The bureaucracy argues, within the framework of capitalist society, the general interests of the bourgeoisie, as it can resist within in the social circumstances specific object to the fractions of the bourgeoisie, but not the general interests of the bourgeoisie class. We believe that power is a relation of domination. As such, planning is thus a manifestation of the domination of class through regulation of the state. The state institution is thus responsible for both regulate the practice of planning, and in many cases run the plans itself. Thus, this text defend the need to overcome the social relations that engender the planning enabled by the state. It deletes the actual planning.

Key words: planning, power, status, bureaucracy, relations of domination.

O planejamento, enquanto prática do estado e das empresas capitalistas, é objeto de estudos e acuradas análises há muito tempo. Vários autores, de diversas áreas do conhecimento, dedicam-se ao entendimento desta questão. Pretendemos neste texto, discutir os aspectos que consideramos essenciais para se compreender o planejamento como uma prática do poder.

Uma referência sobre o método que empregaremos é fundamental, pois a escolha de um caminho já pressupõe uma concepção, uma determinada

maneira (política e teórica) de se compreender a realidade, de analisar seu movimento e sua transformação. Dedicaremos-nos à análise da literatura que trata do planejamento e principalmente qual tem sido a função ou melhor o papel desempenhado por ele na sociedade. Deste modo, importa colocar em discussão algo concreto, que existe efetivamente na realidade e não um projeto, um desejo, como gostaríamos que o planejamento fosse. *Importa o que ele é e não o projeto que fazemos dele.*

TEMA 8
texto 1
aula 19/out

Para discorrermos a respeito da relação entre planejamento e poder é necessário que digamos o que entendemos por poder para avaliarmos sua relação com o planejamento. Inúmeros autores dedicaram-se à discussão sobre o que é o poder. Não retomaremos aqui a análise pormenorizada de cada interpretação, importa-nos demonstrar uma determinada concepção que avaliamos ser fundamental para a compreensão do planejamento enquanto uma prática do poder.

Tomaremos como base a definição apresentada por Viana (2003), na qual, polemizando com Baudrillard, Clastres e Foucault, afirma:

O poder só pode ser compreendido como relação de dominação, o que implica a existência de dominantes e dominados. Entretanto, essa relação entre dominantes e dominados não pode ser compreendida como uma relação entre “iguais” como dá a entender Foucault. Existe uma mediação nessa relação. Entre o dominante e o dominado existe a detenção do poder pelo primeiro. Se entre o dominante e o dominado não houvesse aquele que detém o poder (...) não haveria dominação e sim cumplicidade (Viana, 2003, p: 14).

Assim, contrariamente a Foucault, que define o poder como sendo “relação”, Viana (2003) define-o como sendo uma “relação de dominação”, pois, argumenta, tudo é relação e se o poder é relação ele não é identificável. Deste modo, o discurso de Foucault acaba se tornando um discurso do poder, na medida em que está a serviço dele. Isto quer dizer que de fato o poder é uma relação, mas não qualquer tipo de relação. Para que se caracterize e identifique o poder, é necessário que o processo de dominação permeie uma dada relação. Assim, poder é relação de

dominação e não somente um tipo qualquer, geral, genérico de relação.

A partir de agora já podemos perguntar: o planejamento é uma prática do poder, nos termos em que estamos considerando o poder? Lançamos como hipótese: *o planejamento, quando colocado em prática, é um exercício do poder, pois é uma relação de dominação*. Como se dá tal relação? Buscaremos responder esta pergunta para fundamentar nossa hipótese.

Tal como demonstraram Marx e Engels (2002), Viana (2003), Tragtenberg (s/d) entre vários outros, o estado é uma instituição de classe. Por isto Engels afirma que: o “estado é o capitalista coletivo ideal”, Viana (2003) afirma que “o estado é o aparelho privado do capital” etc. É fácil provar esta tese. A instituição estatal não é neutra. Tal como toda instituição, o estado é composto por uma determinada classe social e esta tem interesses que lhe são particulares. A classe social que dá vida e estrutura o estado é a burocracia estatal. Em que pese esta classe esteja espalhada por toda a sociedade em suas várias frações (burocracia partidária, sindical, privada etc.) é no estado que ela adquire maior força. Isto ocorre porque o estado é a principal forma de regularização das relações sociais na sociedade capitalista (Viana, 2007).

Entretanto, a burocracia não é a classe dominante em nossa sociedade. Ela é uma classe auxiliar da burguesia. Embora, por exemplo, a burocracia estatal possa se opor a determinada fração da burguesia, por um determinado momento histórico, ela, na sociedade capitalista, defende os interesses gerais de reprodução da classe burguesa enquanto tal (Offe & Ronge, 1984), (Offe & Lenhardt, 1984). Assim, frações da burocracia podem se opor a frações da burguesia, mas jamais